#### LEI Nº 12.858 DE 09/09/2013 - DOU 10/09/2013

Dispõe sobre a destinação para as áreas de educação e saúde de parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural, com a finalidade de cumprimento da meta prevista no inciso VI do caput do art. 214 e no art. 196 da Constituição Federal; altera a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989; e dá outras providências.

#### RESOLUÇÃO AGU Nº 12 DE 09/09/2013 - DOU 10/09/2013

Suspende a aplicação da expressão "ao recebimento de diárias", do artigo 8º da Resolução CSAGU Nº 9, de 2 de julho de 2013, que dispõe sobre as normas a serem observadas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e pela Advocacia-Geral da União no tocante à composição das comissões de promoção.

#### RESOLUÇÃO ANA Nº 1.138 DE 06/09/2013 - DOU 10/09/2013 (Ministério do Meio Ambiente)

Aprova os atos relacionados com outorgas de direito de uso de recursos hídricos de domínio da União.

### INSTRUÇÃO NORMATIVA MAPA Nº 37 DE 09/09/2013 - DOU 10/09/2013 (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)

Reconhece o Estado de Alagoas como parte da zona livre de febre aftosa.

## INSTRUÇÃO NORMATIVA MAPA Nº 38 DE 09/09/2013 - DOU 10/09/2013 (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)

Reconhece o Estado da Paraíba como parte da zona livre de febre aftosa.

# INSTRUÇÃO NORMATIVA MAPA Nº 39 DE 09/09/2013 - DOU 10/09/2013 (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)

Reconhece o Estado de Pernambuco como parte da zona livre de febre aftosa.

## INSTRUÇÃO NORMATIVA MAPA Nº 40 DE 09/09/2013 - DOU 10/09/2013 (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)

Reconhece o Estado do Rio Grande do Norte como parte da zona livre de febre aftosa.

### INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1.393 DE 09/09/2013 - DOU 10/09/2013 (Ministério da Fazenda)

Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.349, de 25 de abril de 2013, que dispõe sobre o estabelecimento de normas para emissão e envio de arquivo em meio magnético contendo dados relativos a operações em bolsas de valores, de mercadorias e de futuros, e em mercados de balcão organizado para fins de apuração do IR e institui o Informe de Operações em Mercados Organizados de Valores Mobiliários.

Nos próximos dias, os assinantes Juris Plenum Ouro receberão o DVD nº 33.

Recomenda-se instalar a nova edição.

O passo a passo da instalação encontra-se no invólucro.

Recomenda-se também a cópia para o HD para maior rapidez na navegação e nas pesquisas efetuadas.

Presidente da Câmara devolverá MPs que tenham temas estranhos ao texto original

A inclusão de diversos temas na Medida Provisória 615/13 levou o presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, a decidir que vai devolver às comissões mistas as MPs que tenham emendas com temas alheios ao texto original. Alves lembrou que a Lei Complementar 95/98 e o Regimento Interno da Câmara estabelecem que leis não podem conter matéria estranha ao seu objeto principal.

"A MP 615 expôs de forma flagrante o desvirtuamento do processo legislativo e merece uma resposta adequada", disse Alves.

É a segunda mudança na regra das MPs que o presidente da Câmara adota em consequência da MP 615. Na semana passada, por conta da demora na análise pela comissão mista, o presidente já tinha decidido que só votaria MPs que chegassem à Câmara com pelo menos duas semanas de vigência.

A nova regra sobre o prazo e sobre a proibição de temas sem vinculação ao texto original será discutida com os líderes partidários na reunião desta terça-feira (10), que pode determinar o alcance da resolução.

Se não fosse votada nesta segunda-feira, a MP 615 perderia a validade por conta do prazo imposto pelo Senado de só votar MPs com prazo mínimo de sete dias de vigência. A MP perde o prazo na próxima segunda-feira (16).

Fonte: www.camara.leg.br

Acordo público-particular para quitação de dívida antes do precatório

Dr. Ivan Barbosa Rigolin

Índice de Doutrina/Comentário publicados

STF
Arquivada ação de servidor do MP que pretendia continuar exercendo a advocacia
Arquivado HC que pretendia garantir exibição de vídeos no Tribunal do Júri
Arquivado MS sobre divulgação de informações de magistrados pelo CNJ
Liminar garante liberdade a acusado de irregularidades em contratos de saúde no RN
Mantida decisão sobre repasse de ICMS a município goiano
Liminar suspende desapropriação de terreno na Refinaria de Manguinhos (RJ)
STJ
Honorários advocatícios devem ser tratados como crédito trabalhista em recuperação judicial
Praga em produção de soja não invalida contrato de venda antecipada

AGU pode participar de fase de instrução em PAD
TSE e TREs
TSE - Deputado tem justa causa para deixar PMDB do Distrito Federal
TRE-PI - Tribunal cassa tempo de TV do PSC por desvirtuamento de propaganda partidária
TRE-RR - Ação contra Luciano Castro é arquivada por ausência de provas
TST e TRTs
TST - Comprovante parcialmente legível enviado por e-Doc inviabiliza recurso
TST - CSN é condenada a pagar adicional de PLR dos anos de 97, 98 e 99
TST - Emprego de celular fora do horário de expediente garantiu horas extras à analista de sistema
TST - Mantida indenização por assédio a caixa registradora que era chamada de "lerda"
TST - Motorista demitido após teste de bafômetro consegue reversão de justa causa

TST - Órgão Especial rejeita recurso da União de revisão de cálculos de precatório complementar
TST - Petrobras deve retificar data de admissão de petroleiros para incluir curso de formação
TST - Tribunal extingue dissídio que discutia funcionamento de concessionárias aos domingos
TST - Turma rejeita discussão sobre responsabilidade de ex-sócio em ação trabalhista
TRT1 - Banco é condenado a reintegrar deficiente demitida sem justa causa
TRT2 - 17ª Turma: atividade de bombeiro civil é definida nos termos da lei
TRT3 - Empregada doente que teve suprimidos cuidados hospitalares em sua residência será indenizada
TRT3 - JT é competente para julgar reintegração de posse fundada em adjudicação concedida em ação trabalhista anterior
TRT3 - JT reverte justa causa fundada em mau procedimento por falta de gradação da penalidade
TRT10 - Informações negativas contra trabalhador podem gerar danos morais se provadas

TRT15 - Reclamante que trabalhava como porteiro e segurança de restaurante em alguns dias da semana consegue vínculo
TRT18 - Motorista carreteiro que perdeu o dedo em acidente de trabalho vai receber R\$ 120 mil de indenização
TRT24 - Dificultar recolocação de ex-empregado acarreta dano moral
TRFs
TRF1 - Mantida multa aplicada a empresa que infringiu normas sobre Zona Franca de Manaus
TRF1 - Negada indenização a clínica interditada ilegalmente
TRF1 - Servidor público preso ilegalmente será indenizado pela União em R\$ 13 mil
TRF4 - Auxiliares e técnicos de enfermagem que trabalham em hospitais têm direito a tempo especial
Tribunais Estaduais
TJAC - Justiça determina que Secretaria de Saúde do Estado forneça medicamento a paciente

TJAL - Tribunal determina recuperação da AL 115, entre Palmeira e Arapiraca
TJAL - Tribunal mantém prisão de acusado por porte ilegal de arma
TJCE - 3ª Turma Recursal determina que Lojas Insinuante pague indenização por vender produto defeituoso
TJCE - Acusado de tráfico de drogas e associação para o tráfico é condenado a mais de dez anos de prisão
TJCE - Hapvida deve pagar indenização por negar atendimento a bebê de oito meses
TJCE - Justiça condena empresa a indenizar por receber dinheiro e não ofertar curso completo
TJDFT - Empresa imobiliária é condenada por vender a terceiro terreno quitado por cliente
TJDFT - Paciente em UTI domiciliar não pode ser privado do fornecimento de água e luz
TJES - Associações de militares terão que indenizar juiz
TJES - Ex-prefeito de Cariacica inocentado de irregularidades

TJGO - Brasil Telecom terá de pagar R\$ 50 mil por danos sociais
TJGO - Claro Centro-Oeste não poderá instalar equipamentos de telefonia em Bela Vista de Goiás
TJGO - Ex-vereador de Goiânia é condenado por desvio de dinheiro público
TJGO - Soldado não terá direito a promoção por antiguidade
TJMA - Ex-prefeito de Timon terá que devolver mais de R\$ 370 mil aos cofres públicos
TJMA - Julgado em São Luís, produtor de festas é condenado por homicídio em Pinheiro
TJMG - Empresa de ônibus é condenada em R\$ 25 mil por acidente
TJMS - Acusado de racha na Capital tem novo pedido de liberdade negado
TJMS - Cliente ganha indenização por ter cheque protestado
TJMS - Empresa de energia terá que indenizar por gado morto
TJMS - Empresa de turismo é condenada por não cumprir contrato

TJMT - Desembargador nega pedido de reconsideração
TJPB - Justiça em Patos bloqueia bens e valores de empresa que deu golpe em 3 mil consumidores
TJPB - Justiça mantém indenização contra faculdade por inscrição indevida de ex-aluna no Serasa
TJPB - Quarta Câmara entende que ausência de norma reguladora não pode prejudicar servidor
TJRN - Avós podem assumir pensão se pais não tiverem condições
TJRN - Ex-prefeito de Alexandria é condenado por apropriação de rendas públicas
TJRN - Secretaria não pode cancelar título de propriedade de agricultor
TJRS - Erro em abastecimento de veículo gera indenização
TJSC - Cheia em cidade é evento extraordinário e justifica revisão de contrato
TJSC - Crianças serão mantidas em abrigo devido a relação conflituosa dos pais

TJSC - São válidos atos praticados por advogados que desconheciam morte de cliente
TJSC - TJ nega liberdade a acusado de tentar matar desafeto com pedaço de concreto
TJSC - Troca de 2 televisores por revólver calibre 38 resulta em condenação
TJSP - Faculdade e estudante são condenados por agressão ocorrida durante trote
TJSP - Família de PM morto após horário de serviço será indenizada
Demais Órgãos
MPF/BA - Determinada retirada de barracas de praia em Saubara
MPF/MG - Bloqueados bens de prefeito por desvio de verba do Ministério do Turismo
MPF/MT - Ministério Público Federal recomenda à Cemat evitar ligação de energia em ocupações irregulares
MPF/PA - Confirmada aptidão de Tailândia e Brasil Novo para saída da lista de desmatadores
MPF/PA - Ministério Público Federal processa Norte Energia, Ibama e BNDES por falta de compensação aos Xikrin

MPF/PB - Ministério Público Federal quer ampliar condenação imposta à TV Correio por exibir cenas de estupro
MPF/PE - Ministério Público de Pernambuco obtém condenação de mais um assaltante da agência dos Correios de São Benedito do Sul
PGR - Mantida decisão que condenou réu por ocultar R\$ 1,5 milhão proveniente do tráfico de drogas

PGR - Mensalão: Procuradoria se manifesta pelo não conhecimento dos embargos infringentes

As notícias publicadas neste boletim são oriundas dos sites oficiais dos tribunais.